



## **O Pensamento Dialético de Luís da Câmara Cascudo e os 60 anos do *Dicionário do Folclore Brasileiro***

Gilberto Felisberto Vasconcellos<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este trabalho apresenta uma análise sobre a obra do importante pensador brasileiro Luís da Câmara Cascudo. Destaca, em especial, os 60 anos da publicação do seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

**Palavras-chave:** Luís da Câmara Cascudo, Folclore, Dialética.

### **El pensamiento dialético de Luís da Câmara Cascudo y los 60 años del Dicionário del Folclor Brasileño**

### **Resumen**

Este trabajo presenta un analisis sobre la obra del importante pensador brasileños Luís da Câmara Cascudo. Destaca en especial, los 60 años de publicación de su *Diccionario del Folclor Brasileño*.

**Palabras clave:** Luís da Câmara Cascudo, Folklore, Dialética.

### **The Dialectical Thought of Luís da Câmara Cascudo and the 60 years of the Brazilian Folklore Dictionary**

### **Summary**

This work presents an analysis about the work of the important Brazilian thinker Luís da Câmara Cascudo. It highlights in particular the 60 years of publication of the Dictionary of the Brazilian Folklore.

**Keywords:** Luís da Câmara Cascudo, Folklore, Dialectic.

Antes de tudo didática absolutamente sem paralelo na cultura brasileira e latinoamericana. Obra única no processo de fazer, o jeito de compor (o procedimento, a montagem), a maneira de definir as palavras e as coisas. Nessa didática excepcional sobressai a questão do critério baseado em um rigoroso e apurado conhecimento dos usos e costumes populares, acompanhado simultaneamente de um inventário da linguagem, a escolha do vocabulário, sua semântica, seus sinônimos, sua ortografia, sua morfologia e sua etimologia.

Sem deixar de aduzir que no dizer, na voz, no falar, na dicção, no léxico do dicionário destaca-se o estilo, a maneira de expressar do autor e sua visão de mundo. O estilo é o homem, vale repetir o célebre conceito.

Admitamos que outro estudioso pudesse arrolar em ordem alfabética o mesmo vocabulário, mas seguramente o modo de esclarecer o significado das palavras não traria a forma peculiar, a fraseologia de Luis da Câmara Cascudo, escritor que em seus livros e plaquetes combina um discurso que mescla prosa e poesia, valendo-se a um só tempo do acervo erudito e da acústica popular. Lembro a epígrafe concisa, anônima e eufórica, colocada em seu livro *A História da Alimentação do Brasil*.

Papagaio não comeu?  
Morreu!

Eu gostaria de contar aos cascudólogos que já passou pela minha cabeça a ideia de, eliminando os nomes, os verbetes e os respectivos tópicos, ler *Dicionário do Folclore Brasileiro* como se fosse uma prosa de romance popular, à semelhança da narrativa barroco-maneirística de Guimarães Rosa, o amigo mineiro a quem Cascudo tratava de Sagarana. Mas, ao por em relevo o seu estilo literário, não quero deixar de lado o caráter científico de sua investigação, pois se existe a poesia, se em muitos momentos sobressai o discurso poético, por outro lado estamos diante do folclore como teorema, no qual a imaginação não substitui a verdade. Tudo, absolutamente tudo o que está escrito em *Dicionário do Folclore Brasileiro* pode ser provado na realidade, possui indiscutível evidência empírica, está vivo e presente no cotidiano do povo. Insisto neste aspecto – o valor científico – pois na obra de Cascudo não há engano, não há artimanha, não há estratagem, não há trampa, não há trapaça.

Homo Loquens. O homem falando está expresso na ciência do povo. Luis da Câmara Cascudo não pecou por imodéstia quando identificou-se como cientista e intérprete da vida popular e coletiva. Façamos aqui a montagem de dois títulos: *Dicionário do Folclore Brasileiro é a Ciência do Povo*.

Gumercindo Saraiva, com quem conversei em Natal sobre o musicólogo Cascudo, que projetou o desejo do povo tal qual o compositor Villa Lobos, iria concordar comigo que o mestre potiguar era uma fuga de Bach, o cálculo, a matemática da nota nítida e necessária. Por isso ele escreveu este livro maravilhoso sobre o cosmos e a palavra intitulado *Prelúdio e Fuga do Real*. Não se trata de uma sinfonia da realidade, e sim de uma fuga. É que nada pode faltar e exceder na fuga. A mesma coisa pode ser dita a respeito da razão em *Dicionário do Folclore Brasileiro*. A necessidade de ser e pensar, a existência popular e o pensamento do folclore.

Insisto: pensamento dialético.

Eis a pergunta que deve ser feita 60 anos depois: por que só o Brasil possui um dicionário do folclore? Este grande linguista chamado Luis da Câmara Cascudo, que a negligente lingüística ainda não descobriu, colocou as múltiplas determinações da cultura popular a partir da matéria prima fundamental: a língua. O abecedário. A locução. Coisas que o povo diz. O dito, a fala, a memória coletiva feita de palavras. De A a Z.

Todos sabem quão difícil é fazer um dicionário de qualquer coisa que seja. Imagine então o que foi a tarefa, o trabalho de um pesquisador, ali na Rua Junqueira Aires, sozinho, apenas com seus dedos teclando a máquina de escrever Remington, desprovido dos mínimos recursos materiais, investigando os seres, as entidades e sistematizando a língua popular de todos os quadrantes regionais do Brasil. Do Lobisomem ao Saci-Pererê. Às vezes tenho impressão de que Luis da Câmara Cascudo como autor foi o instrumento do folclore porque (valendo-me da definição de Karl Marx) a linguagem é a consciência prática dos homens, ou seja, prática social e política. E, nessa interação dialética, Luis da Câmara Cascudo pode ser considerado uma criação, um produto da cultura popular, vocacionado a escrever a partir da coordenada regional nordestina a revolucionária ciência do povo brasileiro, que é – insistamos – um conhecimento para transformar a realidade. E nisso é que o maior pesquisador do cotidiano popular foi dialético e revolucionário, ainda que não tivesse sido subversivo e marxista.

Intriga-me o significado político latente no *Dicionário do Folclore*. É que penso a política como ‘polis’, e não tertúlia parlamentar. Que mensagem, que recado está aí? Como interpretá-lo do ponto de vista civilizatório? É que se possuímos uma língua do folclore, que fala do trabalho, da vida e da morte, por que não haveremos de ter uma ciência popular materializada no poder? Em outras palavras, se é irrecusável a presença do folclore no dia-a-dia do povo, por que não o saber do povo no poder? Por que não um pensamento, uma formulação, uma teoria extraída da cultura popular? Da cultura popular coletada por Luis da Câmara Cascudo como saber útil, diário, funcional e prático. O argumento de que por ser não-oficial, o folclore seria incompatível com o Estado como instrumento de construção da nacionalidade, choca com o saber de Cascudo e seu amigo marxista Edison Carneiro durante a campanha nacional a favor do folclore.

Colaborador de *Dicionário do Folclore Brasileiro*, especialista em umbanda e historiador das rebeliões populares, pai espiritual na Bahia do cineasta Glauber Rocha, Edison Carneiro, descendente de africano, foi o primeiro estudioso a colocar a estrutura das classes sociais nas investigações da cultura popular, pioneiro em chamar a atenção para a necessidade

de marxizar o folclore e folclorizar o marxismo, ou seja, juntar Karl Marx e Luis da Câmara Cascudo.

Eu já imaginei muitas vezes Karl Marx, a fim de entender as relações sociais no Brasil, lendo com gosto e admiração o filósofo potiguar. Ninguém amou e ouviu tanto o povo, inclusive há retratada na obra de Luis da Câmara Cascudo a história do trabalho. Tudo é melhor conhecido se sabemos a etimologia da palavra. E nisso foi exemplar. O filósofo das sentenças e provérbios usados pelo povo, com a capacidade notável de saber citar os autores antigos e modernos. “Mipibu vem do Tupi MBI-Pibu, o saco de ouro para carregar água, correspondendo a borracha sertaneja de nossos camboeiros”. O trabalho deveria ser meio de vida e não de morte. Está lá em *O Capital* que o trabalho é o pai, a terra é a mãe. O trabalho como morte não é diferente do trabalho como sacrifício que aparece denunciado por Karl Marx: o trabalhador desperdiça sua vida, na produção ele produz o seu nada, é isso a alienação.

O desígnio do folclore no poder seria suprimir a desigualdade de classe e regional. Por outro lado, se porventura for negligenciado o logos do Folk, a sabedoria popular, o marxismo na prática corre o risco de não persuadir o povo, o qual não vive de lucro, e sim de vender sua força de trabalho para o capitalista. Por isso faz sentido a perspectiva socialista da cultura popular, como queria Edison Carneiro ao discorrer sobre a dinâmica das classes no folclore, que é um elemento crucial para conceituar a civilização brasileira. Afinal, bem considerando, como dizia o escritor potiguar, o melhor produto do Brasil ainda é o brasileiro.

Luis da Câmara Cascudo não concebe a tradição, que é transmitida oralmente, como antítese da transformação social, nem tampouco a superstição, essência da cultura popular, é identificada inteiramente com alienação, atraso ou obscurantismo mental. Em *Tradição, Ciência do Povo* lemos que só o jumento não tem superstição. Sublinhou inúmeras vezes a ideia de permanência ao definir o folclore (a presença no contemporâneo do milênio), todavia isso não quer dizer que em sua obra (inclusive a de exímio historiador) esteja banida a irrupção do que é socialmente novo. Embora tivesse investigado em nossos gestos humanos o tempo sem tempo, equívoco seria no entanto compreendê-lo sob o signo da imobilidade; na verdade sua prosa é regida pelo movimento, pelo infixio, pelo deslocamento, pelo errático, pelas águas que correm no encontro imaginário e fabuloso dos rios Lima, Tejo e Potengi; enfim, trata-se de uma prosa kinética. Não por acaso somos informados de que sua mãe paraibana gostava de cinema. Em carta a seu amigo Thaville, que morava em Niterói, escreveu que o homem é como a bicicleta: parou, caiu.

A leitura que focaliza apenas o conteúdo é insuficiente, porque a dialética cascudiana

não se limita ao que é dito; trata-se de uma linguagem que denota as coisas e, ao mesmo tempo chama a atenção sobre si mesma, sobre a materialidade dos signos. Talvez seja por isso a dificuldade de se escrever acerca de sua obra, a partir dela mesma, e não do homem que a escreveu. E a leitura que tem sido feita incide quase sempre na biografia para explicar a obra, então ficamos atônitos e desorientados quando a interpretação prescinde do homem que foi menino rico, cujo pai na República Velha se fez pelo patriciado e pelo comércio, mas que, negociante ambulatório, não se pode dizer que tivesse sido, de 1914 a 1935, um autêntico representante da burguesia comercial nordestina, nem tampouco que fosse um oligarca, e muito menos um aristocrata, que é uma categoria social extremamente vaga quando aplicada entre nós às pessoas abastadas, sobretudo em se tratando de uma cidade plebéia e anti-snob como Natal. Ser coronel, título honorífico, proprietário de jornal não lhe conferia a condição de o homem mais rico da cidade, como é comum ouvir de muitos cascudólogos, os quais exageram a condição crematística do velho Francisco.

Em *O Capital de Karl Marx* está lá a ideia de que a essência do capital não é produzir vida hedonística para o capitalista. Sorte de Cascudo ter tido pai generoso e culturalmente anti-bronco, por isso teve oportunidade de acesso aos livros, mas ser filho de papai (digamos sob as ordens de papai, Oswald de Andrade esteve sob as ordens de mamãe) não dá asas à imaginação literária, assim como a bancarrota do coronel Francisco não levou o seu filho a desistir dos estudos, que por outro lado não os encarou como meio de subir na vida e ter dinheiro, ou vislumbrar a possibilidade de se fazer carreira no sul do país. Se não se rendeu ao fascínio do vil metal, por outro lado, como testemunhou sua filha Ana Maria, não era um frugal, um asceta, que fugia da mesa farta e dos bons vinhos. Nunca viveu de renda, foi assalariado, professor de colégio, depois universitário, nunca se queixou da falta de dinheiro para escrever os seus livros. Que rezasse terço católico, apreciasse umbanda, afeiçoado à monarquia, simpatia durante algum tempo pelo integralismo por causa de seu amigo Gustavo Barroso, que não tivesse lido Marx, Engels e Trotsky (apenas Lênin uma vez citado em *A Religião no Povo*), isso tudo não subtrai o conhecimento dialético sobre a totalidade do povo brasileiro. Leu muitas coisas, e deixou de ler outras tantas, por exemplo, desconfio que não leu Hegel, todavia isso não limitou seu conhecimento sobre o cotidiano do povo brasileiro. É preciso reconhecer a necessidade da obra de Luis da Câmara Cascudo para a construção de um Brasil justo, rico, soberano e socialista. Não há Marx nem marxismo lá nele como não há em nenhum outro escritor modernista, exceto Oswald de Andrade que em 1928 virou comunista sob o signo do Comintern stalinista, Mário de Andrade era liberal, anti-comunista e dos autores marxistas, Mário só leu Bukarin, que não entendia nada de arte.

Buscar a intenção do autor não revela grandes coisas, estamos mais para astúcia da mimese, como o Balzac subjetivamente conservador e romancista revolucionário, como dizia Karl Marx. Com o detalhe de que Cascudo era um escritor cientista. Foi o filósofo do povo brasileiro, começou a escrever a tradição auscultando-a pelo ouvido. Convenhamos que para amar o povo não é preciso ser marxista, mas amá-lo requer que o povo viva na fartura, a qual só pode ser conquistada além do capitalismo. Começou a escrever mais ou menos de 1924 em diante, data da morte de Lênin e ascensão de Stalin, que influenciou todos os partidos comunistas do mundo e deformou a concepção do marxismo. Luis da Câmara Cascudo identificou marxismo com o stalinismo da URSS, conforme deixou claro no filme de Walter Lima Junior. Destarte, não podemos nos esquecer que o stalinismo dos partidos comunistas, quando não reproduzia a noção burguesa de folclore como anedotário superficial, o condenou porque nele estava afastada a luta de classes, o esvaziamento da noção de classe, enfim, conciliação de interesses antagônicos, porque está escamoteada a exploração do povo. Essa maneira dogmática condena o folclore porque nas peripécias do Saci-Pererê não é mostrado a extração de mais-valia, assim como no Bumba meu Boi está ausente o antagonismo entre capital e trabalho assalariado. O que não se percebe nesta abordagem é que na esfera lúdica, no pleno valor de uso da cultura, é que se manifesta o caráter anticapitalista do folclore, embora tenha uma aparência conformista e passiva diante da ordem social. Em *O Capital* Marx assinala, com sua prodigiosa cultura literária, que os escritores da antiguidade se ligavam no valor de uso e na qualidade das coisas. Homero: cada um com sua tarefa e alegria. Arquíloco: cada um com seu trabalho e todo mundo feliz.

Longe de mim apresentar o folclore como expressão de proletkult, a cultura proletária, que foi combatido por Lênin e Trotsky, pois a sociedade socialista deveria incorporar toda a cultura do passado, inclusive o que de valioso e humanista havia na cultura burguesa. Ademais, o proletariado sempre viveu no mais completo pauperismo cultural, portanto isso não deveria fazer parte do programa de emancipação do socialismo, cujo objetivo é suprimir a contradição entre cidade e campo. E, nesse aspecto, vale reportar à identificação errônea do folclore com a miséria das gentes iletradas, como se a manifestação folk fosse o apanágio de sociedade subdesenvolvida e atrasada. Do que se deduz equivocadamente: o subdesenvolvimento deve ser preservado para que exista folkway. Contra essa concepção é que insurgiu Oswald de Andrade denunciando a cultura popular como macumba para turista. Não nos esqueçamos de que Luis da Câmara Cascudo chegou a considerar o turismo como o inimigo número um do folclore, a organização burguesa da viagem banal e intranscendente, enfim, a viagem sem viagem. E, a propósito, convém reparar que os entes e os seres do imaginário

popular estão em perpétuo deslocamento. Impossível deparar com Saci-Pererê ou Curupira sentado no sofá falando ao celular. A expressão “classe social” incomoda os estudiosos da cultura popular, mas esta não existe a não ser depois do advento do sistema capitalista, o que pressupõe a existência de oposição entre as classes sociais.

Em seu magnífico estudo sobre a superstição, incluído em *Tradição Ciência do Povo*, Cascudo apontou a gênese da cultura popular no “fanum” de Roma (que deu no fanático), vivendo à margem e ao redor do templum oficial. A base de todas as crenças e credences encontra-se na superstição. É por esta que se verifica a presença do sobrenatural no cotidiano do povo. Teologia popular. Isso difere dos oficialismos eclesiásticos, pois, a superstição é resultado de uma mentalidade compósita que remete aos tempos mais longínquos. Em seu estudo sobre Dante Alighieri mostrou a mesma concepção geométrica que o povo brasileiro tem do céu, o céu pura luz, embora o povo nunca tenha lido o escritor florentino. O Brasil não conheceu a Idade Média, mas a mentalidade popular é supersticiosa e medieval. Evoco aqui o prefácio de *O Capital*. Karl Marx dizia que Dante era o limiar da idade moderna e o ocaso da era medieval, o ponto de intersecção entre uma coisa e outra. Cascudo não disse algo diferente ao discorrer sobre a teologia popular. A igreja, o jesuíta, o proprietário de terra, e agora o capitalismo videofinanceiro, tudo isso não tirou o vigor do substrato popular da superstição. Resta saber se a superstição atrapalha ou não a felicidade do povo, se a superstição, tal qual foi concebida pelo iluminismo e pelo marxismo, é um fator de atraso e de obscurantismo político.

De Karl Marx conhecemos a formulação, segundo a qual a ideologia dominante de uma sociedade é a ideologia da classe dominante, ou seja, o templum é que faz a cabeça do “fanum”, mas não inteiramente, caso contrário seria impossível oposição à hegemonia de classe, portanto a cultura popular apareceria como um decalque da ideologia burguesa dominante. Esta hoje é representada pela televisão, a cirurgia sem a anestesia na definição de Cascudo. Com o surgimento da indústria do entretenimento no estágio monopolista do capitalismo a partir de 1945, a reflexão sobre a cultura popular não será a mesma, embora o avanço da tecnologia não elimine a experiência do folclore. Este não é tecnofóbico, mas não se pode afirmar que sua tecnofilia seja indiferente à utilização manipuladora do capital. É que tudo na televisão, o reinado absoluto do valor de troca, é feito para dominar o telespectador. Amigo de Chateaubriand, de quem ganhou de presente em 1962 um aparelho de televisão, Luis da Câmara Cascudo não pode ser considerado um entusiasta do papel da televisão privada no Brasil, certamente porque iria alterar a audição e a ótica do povo, tanto na cidade quanto na roça.

Em meu livro sobre a Xuxa intitulado *O Cabaré das Crianças*, dediquei-o ao avô do Brasil menino, na esperança de que Xuxa, mercadoria videofinanceira, não matasse o Saci-

Pererê, a infância como valor de uso. Arquétipo capitalista do barulho, o programa de auditório de TV contrasta com o profundo silêncio a percorrer as páginas de Luis da Câmara Cascudo, talqualmente o que pode ser percebido entre as páginas de *O Capital*.

Quando Cascudo ficou surdo lá pelos anos 70 não ouvia mais música, pensava-a, à maneira de Ludwig Beethoven em seus últimos quartetos. Beethoven, ressaltou Adorno, queria ficar surdo porque a música estaria desprovida da emanção sensual, tornando-se pura abstração. A surdez de Beethoven não foi provocada por causas biológicas. O compositor alemão abusou da capacidade de auscultar o mundo. Exerceu tanta argúcia auditiva que acabou por ficar surdo. Segundo Cascudo, a surdez traz pelúcia ao pensamento. Isso foi dito na década de 70, em pleno capitalismo videofinanceiro, a eletrônica mudava o modo de ver e ouvir. O escritor potiguar ouviu o povo como ninguém no Brasil. Alguns outros pesquisadores podem ter estudado o Brasil como ele, mas ouvir o povo, somente Cascudo. Diria sem nenhum intuito de provocação, que Luís da Câmara Cascudo talvez tivesse ouvido o povo até mais que o próprio compositor Villa-Lobos. Ouvir o povo vale uma Universidade como ele gostava de dizer, porque a função acústica na sociedade brasileira é determinante na reprodução social. Luís da Câmara Cascudo é a filosofia da música no Brasil. Theodor Adorno dizia que Beethoven era Hegel. Ludovico Silva diza-o Karl Marx no estilo com tese, antítese e síntese. Por que o musicólogo Luís da Câmara Cascudo não seria o Karl Marx da ciência do povo?

A desintegração do povo em massa talvez seja um fenômeno antes de caráter acústico que visual. O folclore gerou o pensamento de Cascudo. Nunca desejou para Natal, conforme escrevia na década de 20 a Mário de Andrade, o “progresso” de São Paulo. Se é verdade que em sua obra o conceito leninista de imperialismo está ausente na compreensão do Brasil inserido na economia capitalista mundial, não podemos deixar de por em evidência que nunca considerou o capital estrangeiro o dínamo do desenvolvimento da sociedade brasileira. Os estudiosos de sua obra são tentados a afirmar que nela não há teoria nem método, o que é uma maneira de subtrair-lhe o pensamento, assim ele passa a não figurar na história da antropologia desde Morgan, porque viu, ouviu, sentiu, escreveu sobre o homem e a sociedade sem explicitar sua filiação teórica, embora tivesse escrito um livro sobre *Civilização e Cultura*. É tolice dizer que Cascudo foi um intuitivo, um impressionista, um observador da realidade que não se guiava por nenhuma teoria. Ora, teoria etimologicamente significa *ver*, apreender em profundidade as coisas, captar a essência dos fenômenos. Então, como Luis da Câmara Cascudo escreveu mais de 100 livros sem teoria? Sem ver nada além da aparência das coisas? É preciso analisá-lo não pela lógica formal, e sim pela lógica dialética. O leitor várias vezes é informado pelo mestre evocador do passado, um passado que remonta aos tempos antes do

dilúvio, que novo no mundo só recém-nascido, de modo que não haveria novidade alguma no que é dito e sobre o que é dito. Somente a repetição do que já aconteceu. Mas eis que o brasileiro misturou o frango da Europa com o quiabo da África e deu o frango com quiabo em Minas Gerais. Não devemos estranhar a epígrafe irônica de *Dicionário do Folclore Brasileiro* extraído do padre Antonio Vieira: “é uma história sem nenhuma novidade e uma perpétua novidade sem nenhuma coisa de novo”. Método significa caminho. Ao trazer o ignoto Brasil para a etnografia geral, apresentou um método dele, próprio, singular, o que não significa a ideia de que estamos diante de uma originalidade absoluta. A dialética é contrária à ideia de que alguma coisa possa ser radicalmente nova no mundo. Do nada, nada. Todos somos universais, todos temos coração, mas o ritmo cardíaco é diferente em cada indivíduo, sublinhou em *Tradição Ciência do Povo* a fim de revelar a importância da região na cultura popular. Esse dado ontológico é o ser do folclore, por isso Cascudo não quis nunca deixar Natal: “fiquei na província e sem prêmios”. Sua obra não foi conhecida pelos brasis universitários, sua solidão reforçou a independência mental e o método made in Cascudo, livre do espírito colonizado, típico do mundo universitário brasileiro, repleto de cavalos de santo vociferando autores estrangeiros.

O marxismo, que não é caricatura stalinista, está em falta com a cultura popular brasileira por não ter ainda realizado a crítica materialista da obra de Luis da Câmara Cascudo. Infelizmente Florestan Fernandes, em seu sarampão mais marxólogo que marxista, não chamou a atenção dos professores e militantes de esquerda para a importância da obra de um autor que pensou do ponto de vista material e espiritual o povo em sua totalidade. Em outras palavras, está lá nos livros de Câmara Cascudo a reflexão sobre o que é o povo brasileiro dentre todos os povos do mundo. Darcy Ribeiro também cochilou por deixar fora o escritor potiguar de sua antropologia. O citou apenas uma vez, não aprofundou. Surpreendentemente não só por ter convivido em seu exílio uruguaio com o trabalhista e cascudiano Djalma Maranhão, mas porque Cascudo homenageou a etnologia do livro *Kaapor* em parceria com Berta Ribeiro. Sérgio Buarque de Hollanda, embora não fosse marxista, tampouco deu com o seu culturalismo weberiano uma panorâmica na cascudiana. O historiador Nelson Werneck Sodré, ainda que o citasse por vezes, não tomou como um dos grandes intérpretes do Brasil. Caio Prado Junior, entendido em dialética materialista, não o considerou historiador do Brasil. Repare o leitor que estou referindo-me aos melhores intelectuais marxistas. Lamentavelmente a obra de Luis da Câmara Cascudo ainda não foi lida pela tradição nacionalista e marxista da América Latina, que se origina em Manuel Ugarte, Arturo Jauretche, João Carlos Mariátegui, Jorge Abelardo Ramos, Vivian Trías, Hernandez

Arregui e Methol Ferré. E isso não se deve a uma reação ao livro de Cascudo sobre Lopez do Paraguai, publicado no ano de 1927 em Natal, livro que errou (talvez o único) na mão porque não percebeu o caráter imperialista da Guerra do Paraguai articulada pela Inglaterra para impedir a unidade da Pátria Grande. Mário de Andrade resenhando este livro pisou na bola em relação a guerra da Tríplice Aliança. Dispensou-me o comentário sobre a crítica literária da universidade, que comeu mosca dando atenção excessiva para Mario de Andrade. Deixou de revelar que Macunaíma foi inspirado no gênio potiguar, escritor que não foi objeto de apreciação literária pelos seus ensaios à Montaigne. Erich Auerbach não o leu e deixou de situá-lo como a mimese das Américas. Felizmente o cearense Patativa do Assaré registrou a façanha cascudiana: “Não há em nosso universo quem possa dizer em verso o que ele em prosa escreveu”. Poderia citar outro poeta de viola, Raimundo Santa Helena, para quem Cascudo não se curvou ao dinheiro: “burguesia deu rasteira na raiz do folclore”.

O amor que tinha Cascudo pela palavra falada interferiu no seu estilo de escrever literatura e jornalismo, tão diferente da linguagem instrumental e feita de clichês do jornalismo de hoje, que recusa a expressão para forjar a língua puramente denotativa da mercadoria. O folclore, sonoro e metafórico, é a tradução das vozes e do que foi dito desde a chegada de Cabral com a intencionalidade no descobrimento do Brasil. Cascudo viu, ouviu e vivenciou todas as etapas da comunicação e dos gestos: a oralidade, o impresso e o vídeo. Filho de dono de jornal e com gana de ter sido locutor de rádio. Noivou Dália, assistiu aos filmes mudos e foi excelente ator de cinema no filme de Walter Lima Junior.

Está lá na *História da Alimentação* o que come o índio, o que come o negro e a dieta do mestiço. O que o povo come e o modo de morrer do povo brasileiro, ou seja – tudo. E em todos os livros colhemos informações sobre o regime de trabalho, culmina com a *Sociologia do Açúcar* sobre a escravidão, que é uma réplica de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre. Temos os retratos sociológicos do escravo do leito, do escravo doméstico, do senhor de engenho e do dono da usina. O que não aparece de forma nítida e separada é a fábrica com burguesia industrial e classe operária. Também não há referência explícita ao processo de acumulação de capital e sua relação com os estágios do capitalismo: do mercantil, do industrial e do monopolista. Não posso acreditar no entanto que isso seja o motivo pelo qual não se tenha feito ainda nenhuma abordagem marxista sobre o que ele escreveu de 1924 a 1970. Tampouco estou convencido de que o marxismo não o leu porque amenizou, adoçou ou suprimiu a relação social entre opressores e oprimidos. Teria sido ele então um autor pequeno burguês que ficou impassível diante da exploração de classe, embora tematizasse o povo? A resposta é: negativo. Não apenas por motivos éticos, e sim por imperativo científico, pois o povo em seus

livros não é uma abstração, mas presença concreta, as mediações classistas aparecem de maneira elíptica, principalmente porque o objeto de estudo de Cascudo não foi a sociedade industrial fundada na relação entre capitalista e trabalho assalariado, ainda que muitas de suas observações (as permanências da vida brasileira) sejam sociologicamente pertinentes ao mundo da indústria. E aqui surge o equívoco de Florestan Fernandes de não reconhecer o estatuto de ciência à disciplina do folclore, o que contribui para deixá-la fora do currículo universitário das ciências sociais, não obstante a admiração de Roger Bastide por Luis da Câmara Cascudo, de quem discordava (concordando com Mario de Andrade) a respeito da origem do desafio. Este para eles vinha da África, enquanto para Cascudo era grego, e o mestre potiguar estava certo na investigação sonora dos *Vaqueiros e Cantadores*, ouvindo em sua casa vários repentistas, a exemplo do negro rabequista Fabião das Queimadas. O livro *Vaqueiros e Cantadores*, publicado em 1937, foi o divisor de águas, e deu ciúmes em Mário de Andrade que discorria sobre o folclore, mas não convivia com o folclore. Logo depois dessa data nasceu na USP as ciências sociais, vieram os professores franceses e, mais tarde, final da década de 50, a sociologia do desenvolvimento sepultará o folclore, confinando-o a uma área arcaica da sociedade de classes, a qual deveria ser estudada por uma eclética feijoada epistemológica.

A metodologia cascudiana passou a ser considerada anedótica e acientífica, ou seja, não entrou na universidade como objeto de estudo, a despeito de ser referendada por Maria Isaura Pereira de Queiroz, a discípula de Roger Bastide. Mario de Andrade não dava aulas na USP e não deu força para Cascudo ser autor estudado nas ciências sociais, assim como Guerreiro Ramos e Renato de Almeida não batalharam no Rio de Janeiro, o mesmo seja dito com relação aos hegelianos e marxistas Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier. O sudeste deixou o folclorista a ver navios, e seria leviandade anticomunista afirmar que isso se deu por causa dos autores marxistas, pois Marx nunca foi efetivamente lido na universidade.

É curioso, nas entrevistas dadas por Cascudo, o fato de que nenhum entrevistador ter lhe perguntado se leu Karl Marx, o mouro alemão. Em seu livro *A Religião do Povo* citou Lênin acerca do nexa entre revolução e promessa, mas não me recorde de ter lido alguma vez o nome de Marx ou Engels. Esse livro sobre a religião não é depoimento de um beato, porque a religião (não do povo mas no povo) implica a ideia de que foi uma ideologia inculcada pela coroa portuguesa. Ao contrário do que amiúde se diz, Cascudo às vezes era blasfemo. Em carta a uma amiga (citada por Gildson Oliveira, *Um Homem Chamado Brasil*), abriu o jogo: “eu não acredito em dilúvio de água, em sarça de fogo. Se Deus quisesse acabar com o mundo, não precisava de sarça de fogo nem de dilúvio de água, era só secar o ventre das mulheres”. Com seu estilo oral extraído da cantoria nordestina, informou que o homem rezador não

presta nem nunca prestou. Juro que não tenho paciência de ouvir que Cascudo era um homem conservador e de direita porque em seus livros não surge explicitada a questão da mudança e da transformação social. Até agora nunca li nada dele que fosse apologia do sistema de produção de mercadorias. Como Karl Marx, como o poeta Charles Baudelaire, ele odiava o dinheiro e o valor de troca. Não porque seu pai “perdera tudo, por trinta conto de réis, como escreveu em *Pequeno Manual do Doente Aprendiz*, que pode ser lido como um libelo contra a mercantilização da medicina. “Há sempre que se pagar ao doutor”. Dizê-lo adaptado e conformista ao capital que, sem escrúpulo e piedade, lança o trabalhador na extrema degradação, é safadeza preguiçosa de quem não o leu, ou dele fala na piada e na fofoca. Poderia ter sido Karl Marx, mas foi ele quem escreveu: “A cruel e criminoso batalha entre o ser e o haver”. Perguntou em *O Livro das Velhas Figuras*: “Que há de antagônico, de oposto, de adverso entre a fortuna e o espírito?”

Em *História de Natal* assinalou a divisão entre quem mora em casa própria e em casa alugada, assim como se preocupou com o futuro do bairro Alecrim: “Será um capítulo sinistro registrar o desaparecimento útil da terra para o uso financeiro de uma classe melancolicamente míope além das fronteiras dos escritórios”. O último livro de Cascudo, o primoroso *Sociologia do Açúcar*, é um ataque frontal à crematística capitalista que se seguiu à substituição do senhor de engenho escravocrata pelo latifúndio da usina, a decadência cultural progressiva da classe dominante que já não terá qualquer apego à terra, sem saber manejar a cana-de-açúcar e interessado apenas na “vitória financeira”. A escravidão não foi vista pelo prisma volátil e cor de rosa; ao contrário, condenada como crime pela desvalorização do trabalho manual, denunciada junto com o aparato católico: “Acomodatícias justificações teológicas para legitimar o cativo são cavilosas e cínicas para a dignidade humana”. A escravidão dando boa vida para os brancos da classe dominante com suas senhoras e feitores sádicos. Branco não trabalha, manda o preto... Temos aqui um Cascudo indignado em um dos livros mais radicais sobre a exploração da mão de obra africana, sem esquecer que foi o capitalismo que inventou o racismo. Basta comparar essa sociologia da escravidão com o que se escreveu sobre o negro brasileiro de Joaquim Nabuco a Florestan Fernandes, no entanto ele não aparece nas estantes universitárias das ciências sociais. É sabotado. Juntamente quem se dizia “doutor em preto”, autor de *Made in África*, de deixar o velho Leo Frobenius (mestre de Roger Bastide) com água na boca.

Cientista, não fez demagogia atribuindo ao negro o demiurgo da cultura popular, ao pesquisar *A Geografia dos Mitos Brasileiros*. A cabeça do homem do povo é ibérica, ao contrário do que dizem os estudiosos africanistas. Quanto ao regime de trabalho, quem seguiu a

economia foi o negro, “o combustível humano para o açúcar e algodão”, mas este não deu a base da cultura popular. Na escala etnológica o índio ocupa o segundo lugar. Berta Ribeiro, que estudou como ninguém o índio da cultura brasileira, não o refutou. Às vezes me dá vontade, parodiando o que o musicólogo marxista Theodor Adorno fez com Bach, intitular assim este ensaio: “Defesa de Cascudo contra os seus admiradores”. É que o professor jagunço (o cinematógrafo Glauber Rocha não tomou conhecimento dele) foi à raiz das relações sociais, um pensador dialeticamente radical e que é imprescindível à construção de uma sociedade socialista no Brasil. O povo objeto da investigação cascudiana é constituído de classes dominadas, cujo trabalho é apropriado por grupos e classes sociais privilegiados. O problema é saber como isso se interage concretamente, antes de anunciar abstratamente que a luta de classes é o motor da história. As classes sociais são constituídas de homens e mulheres que se alimentam de um tipo de comida, que dormem em cama ou rede de dormir, que enfrentam a morte.

Livros, cartas, documentos, biblioteca, mas o fundamental da reconstrução antropológica foi à “memória septuagenária”. A melhor memória do Brasil, conforme me disse em entrevista que eu fiz em 1984 na Rua Junqueira Aires, não conseguia lembrar os nomes dos livros que tinha escrito. O método de ouvir o povo que dispensa o gravador. Olho firme que requer a lembrança materializada no texto haurido da substância humana – “ternura sem algarismos”, escreveu no prólogo de *Sociologia do Açúcar*. Em determinadas circunstâncias transcender a pecúnia passa a ser virtude revolucionária. A mãe de Karl Marx reclamava que seu filho, ao invés de ficar estudando o capital, deveria descolar para si algum troco. Não são poucas as vezes em que Cascudo refere-se ao processo de acumulação de capital como estranho e incompatível a indígenas e negros. Certo dia veio uma imobiliária oferecendo-lhe dinheiro a fim de comprar sua casa. Para que eu quero dinheiro! Vai baixar noutra terreiro, Exu. “A noção de equilíbrio, poupança, previdência em matéria de dinheiro, jamais pertenceu ao povo”. Delicia-se em citar os provérbios. Quem guarda com fome, o gato come. O futuro a Deus pertence. Quem esconde o pão, chama o ladrão. Com a usina entrou o capital dinheiro. Enfraqueceu o mutirão e desmoralizou a solidariedade. Sem pai se vive sem mãe se vive, mas não se vive sem dinheiro. Em Cascudo não há imoralidade hedonística diante da miséria. O usineiro é o personagem que representa a expansão do capital sem gozar de simpatia popular. Mais ou menos 30 anos antes de a usina inaugurar a paisagem moderna do nordeste, Karl Marx informou no livro *Introdução Geral À Crítica da Economia Política* (1857) que o dinheiro historicamente existiu antes da existência do capital, dos bancos, do trabalho assalariado, mas atingiu seu pleno desenvolvimento na sociedade burguesa do Crédit

Mobilier. Depois da abolição, que não resolveu o problema social do negro, veio o trabalho assalariado no “preamar fiduciário”. A usina foi o salto mortal, mas é um equívoco analisar o constrangimento de Cascudo diante do fetichismo capitalista pelo prisma da nostalgia. Em sua *Sociologia do Açúcar* Cascudo é o filósofo Parmênides que escreveu sobre a necessidade do futuro. Em 1959, com o tema Universidade e Civilização, discurso inaugurando a Universidade do Rio Grande do Norte, Luís da Câmara Cascudo lembrou que todos os países têm denominações étnicas. Nos somos os únicos significando uma profissão. Brasileiro, no século do descobrimento, era homem que trabalhava o pau-brasil. Cortava, arrumava, transportava ibirabitunga para a exportação. “Iam as naus, gemente nos alísios o velame bojudo, carregadas de pau-brasil, esforço dos brasileiros.” A esse trabalho Cascudo não deixou de contrapor a “polifonia fraudulenta” dos tagarelas e imitadores na terra dos papagaios.

Há o imperativo histórico de superar o regime assalariado. O salário do nada. “As indústrias, improvisadas ou reais, foram arrancar da lavoura os candidatos ao operariado, agrupando-os ao derredor das cidades. Aí deviam comprar tudo quanto precisassem. Não teriam garapa, cana e mel de engenho nem macaxeira e batatas do roçado do compadre. Regime de loja e vendinha toma lá, dá cá! O salário seria necessidade básica, como a respiração”. Na metereologia do folclore aparece a definição magnífica: o homem é o ar que ele respira. De todos os elementos naturais (terra, água e fogo) o que o homem brasileiro mais se liga é no ar. Dos pulmões ao léxico popular: o ar esquisito, o ar estranho e por aí vai. A supressão do ar e da água. A morte por asfixia mais apavorante do que pela fome que foi tematizada por Cascudo em seu livro sobre a alimentação, pondo ênfase no fato de que o marujo de Pedro Álvares Cabral estava bem nutrido, assim como não havia fome entre os indígenas no século XVI. O leitor quer saber, eu também perguntei como se fosse um livro de autoria de Josué de Castro: então quem foi que trouxe a peste da fome para cá? Foi o vapor inglês, o colonialismo da City, a libra esterlina, dizia meu amigo Bautista Vidal, o cientista que mentalizou o Pró-Álcool para substituir o poluente e moribundo petróleo.

A primeira coisa que sobressai na análise do folclore à luz da dialética marxista é que nesta o Brasil tem sido visto como um sucedâneo colonial das sucessivas metrópoles que comandaram a economia capitalista mundial. Nosso país não tem história autônoma. Somos determinados pelo o que acontece nos países hegemônicos do Ocidente. Por isso vivemos até hoje na dependência, o nexos colônia e metrópole condiciona a economia e a cultura. Nascemos para enriquecer os núcleos cênicos do capitalismo. Somos bestas de cargas dos intercâmbios internacionais. Nossa razão de ser econômica é atender ao outro, produzimos

para o consumo alheio e não para nós mesmos. Abastecemos os mercados externos. Desde o início a agricultura é for-export e não alimenta o povo. O excedente exportado favorece determinadas classes dominantes em detrimento das classes subalternas. Desde o século XVI há no capitalismo a unidade contraditória entre centro autogerido e a periferia dependente, ou seja, desenvolvimento e subdesenvolvimento. Viemos ao mundo pelo oceano Atlântico, o último mar da Europa segundo Cascudo. Nascemos explorados pelo capital comercial. Da navegação à estrada de ferro e à indústria automobilística. O ciclo vicioso do pauperismo. O subdesenvolvimento desenvolve o desenvolvido, dizia Álvaro Vieira Pinto.

O vínculo colonial foi mantido e, no estágio do capital monopolista, industrializamos sem fazer a reforma agrária, manteve-se inalterado o latifúndio que não absorve a mão de obra rural, sendo obrigada a evadir-se para as favelas e periferias das grandes cidades. Esse regime social, cujo dínamo é acionado pelas multinacionais como agentes da modernidade (o progresso que não se estende à maioria da população), é a principal causa da desigualdade estrutural regional. Regiões avançadas e regiões atrasadas. Não é que não haja desenvolvimento no Nordeste, mas é que esse desenvolvimento é deformado, enfim, é o desenvolvimento do subdesenvolvimento, para citar a expressão hegeliana de Gunder Frank. E o que Cascudo, o venerando potiguar escrevendo na província, tem a ver com tudo isso? Em sua obra essa questão (colonialismo, imperialismo) não aparece, pelo menos explicitamente formulada em termos econômicos e políticos, ou seja, o desenvolvimento desigual típico da história do capitalismo, com uma burguesia nacional cada vez mais sócia do capital estrangeiro e aliada do latifúndio exportador de matérias primas. O vocábulo “subdesenvolvimento”, valendo o resultado da penetração imperialista nos países dependentes e periféricos, talvez esteja ausente na prosa cascudiana, o que não quer dizer no entanto que nela o Brasil seja ínsula desconectada do mundo. Ao contrário, sua abordagem mostra o que cada país culturalmente toma e recebe um do outro, a janela vinda da Europa, a rede de dormir do índio, o cuscuz árabe, o sarapatel da Índia, o batuque da África. Ninguém inventa um gesto. Cascudo aprendeu esse método com Gustavo Barroso, *Ao Som da Viola*, 1921. No pensamento sonoro “os folclores são todos semelhantes”. Leu muito bem o mestre cearense. O trovar como epistemologia da expressão nordestina. “Raros os cantos, lendas ou fábulas que se não encontrem em todos os povos”, embora nas mais diversas o folclore é inimigo do fetiche da singularidade local. *A Terra do Sol* fecundou muitos artistas e escritores. “A voz do boi designando o fogo-fátuo já a encontrei até na África”. Não é por acaso (portanto dispensável a explicação) que Cascudo tivesse nascido na cidade plebéia de Natal, e não em outra cidade do Brasil. Quem mais estudou, pesquisou e escreveu sobre o folclore (vocábulo

inventado em 1846 na Inglaterra dois anos antes de o Manifesto do Partido Comunista), não gostava de ser chamado de “folclorista”. Povo novo precisa de passado. Cascudo trouxe a memória do milênio para o contemporâneo, e nisso consiste o caráter revolucionário de sua obra inteiramente descolonizada (colocou sem pudor no Olímpio os deuses Xangô, Iemanjá e Jurupari), embora o colonialismo não seja abordado como dominação econômica e política. Em sua obra o marcante é a continuidade de um fluxo mental que não apresenta momentos de inflexão em seu percurso, em sua marcha no tempo, desde *Joio*, que antecipa a alucinada montagem dialógica de *Prelúdio e Fuga do Real*, até *Sociologia do Açúcar*, que poderia se chamar sociologia do sol ou do trópico.

Em *Joio* evocou o “coração do operário”, a “república de Lenine” e a mais-valia: “trabalhar oito horas com o preço de dez, é comprar um lenço para empanar um navio”. *Joio* é o mesmo estilo delirante e paratático de *Prelúdio e Fuga do Real*. Música dodecafônica. “É lógico que hoje em dia não tenha eu o imenso poderio que desfrutei quando Hesíodo vivia”. Magnífico. Lembra muito Oswald de Andrade: “As linhas esquissas”, em *Os Condenados*: “É preciso uma gota de loucura no grande mar da sapiência”. *Joio* é livro genial, traz todos os estilos da literatura, inclusive o parnasianismo: “o arabesco do relâmpago num céu brumoso de inverno tardio”. Em Natal meu amigo Vicente Serejo levou na maior seriedade a brincadeira de que Karl Marx iria adorar Cascudo, o aboio dialético do Nordeste, sem o qual dificilmente o povo brasileiro viverá o socialismo, ou melhor, o solcialismo, o socialismo do sol dos trópicos.

Eu me pergunto se os juízos subjetivos de Cascudo (a favor da monarquia, do constitucionalismo paulista de 32, do integralismo, do anti-getulismo) tiveram interferência negativa em sua investigação social e cultural do povo brasileiro. A resposta para mim é nítida: não. O que pesou efetivamente em sua missão, em seu trabalho, foi ter sido levado por aquilo que é o dínamo do folclore: o valor de uso. Daí o humanismo de seu pensamento dialético e não as poucas vezes que citou autores comunistas de segundo escalão como Stalin e Henri Barbrisse.

Em 1937 solicitou em carta a Mário de Andrade colaboração remunerada em jornal paulista. “Ganho uma miséria como professor e as dez pessoas da família a qual sustento não pode esperar pão de outra parte.” A resposta de Mário de Andrade não primou pela elegância criticando por faltar nos seus estudos paciência e medida. Você deveria fazer livros etnográficos como o de Alcântara Machado *Vida e Morte do Bandeirante*, comparação infeliz porque Cascudo já tinha dado demonstração de ser um exímio pesquisador e escritor. Em abril de 1931, carta que serviu de prefácio a *Nomes da Terra*, o filólogo Theodoro Sampaio

anteviu: “trabalhe, investigue e prepare o seu lugar na posteridade.” Professoral e protocolar, Mário de Andrade referiu-se “às deixas” dadas por ele a Cascudo. “Deixas”, essas, empiricistas, onde já se viu fazer etnografia na Natal urbana? Mário de Andrade estava enciumado pela imaginação do musicólogo de *Vaqueiros e Cantadores*. Cascudo ficou na dele, embora perplexo com a carta de Mário que só abriu o jogo sobre que pensava depois de 12 anos, e abriu justamente no momento em que Cascudo se queixou da falta de dinheiro e pediu-lhe para cavar colaboração na imprensa paulista. O Mário puritano malhou Cascudo por permanecer lendo o dia inteiro na rede dormir com o seu ânimo aristocrático. O plebeu era Mário, o proleta, mas quem carecia de dinheiro era o amigo potiguar. Nesse momento é que o paulista foi indelicado: “duzentos paus” por artigos (mas caprichado) para *Revista do Arquivo*, da qual Mário era diretor, pimpão, cheio de si, metidaço, “revista, que está sendo citado na Áustria, na França, nos EUA e mais”. Não faça artigo apressado na coleta de dados, era o conselho de Mário, nada fraterno e generoso. Não suportou a pesquisa cascudiana na área da música. Pressa de Cascudo? Um escritor que demorava 30 anos para escrever um livro (*Dicionário do Folclore Brasileiro* demorou 50 anos) e que dizia que a pressa era invenção do demônio. Acusou com sutileza a vaidade do Macunaíma: “não sou capaz de escrever coisa alguma depois de sua carta. Nem para o Estado de São Paulo nem para a Revista.” O Mário mordido de inveja foi apontado por Cascudo: “julgue-me pelo o que eu seria capaz e nunca pelo que fiz.” A maior inteligência no estudo da cultura popular iria ensombrear a autoestima de Mário de Andrade. Mário confunde apólogo moral com “preocupação moralista.” Existe a moral do povo e a moral dos exploradores do povo, dizia Leon Trotsky. O bem e o mal. Deus e o Diabo.

Mário de Andrade liberal reivindica no folclore um abstrato humano abrangente, e não a “ideia moral do bem.” O que o deixou enraivecido, “desperdício de erudição” (vale dizer: informação inútil) foi o traçado genealógico da cantoria sertaneja na Grécia. Para Cascudo “o canto amebeu dos pastores gregos é a origem do desafio.” Mário gostaria de ter feito essa descoberta, aí então tergiversou afirmando que o desafio poderia estar alhures, “por esse mundo a fora”, onde existiu psicologia individual. Assim deixou a ciência de lado na recusa da origem geograficamente determinada do desafio. Depois Cascudo informará em *Meleagro* que o feitiço do catimbó nordestino também estava na Grécia, e não em África. Mário de Andrade e Roger Bastide se equivocaram, incorrendo na distorcida apreciação de que a base da cultura popular é africana, e não ibérica, por ter sido o Brasil explorado economicamente com base na mão de obra negra. Não cabe aqui suspeitar de uma má consciência em Mário de Andrade ou em Roger Bastide (este depois concordou com Cascudo sobre a inexistência de

desafio na África), mas o fato é que na cultura popular brasileira a base fundadora é ibérica, em segundo vem a influência indígena, depois a do negro. Amigo de Manuel Querino, estudioso de Nina Rodrigues, parceiro de Edison Carneiro, pesquisador das mãos negras fazedoras de ebó, autor de *Made in África*, Luis da Câmara Cascudo não iria subtrair o papel do negro brasileiro na cultura popular. Em 1940 Mário de Andrade elogiou Roger Bastide, professor da Universidade de São Paulo, na razão inversa da parcimônia em relação a Cascudo, o que afetou o juízo de muitos intelectuais de Natal, a exemplo de Veríssimo de Melo, para quem Cascudo teria descoberto o folclore porque Mário lhe deu o roteiro. Na verdade conta Cascudo (1934), que Roquete Pinto em 1927 “dera-lhe o gosto pela indaiada”, a partir daí Mário se ligou nos estudos etnológicos. Não há como negar que a glória literária de Mário de Andrade, em centenas de teses universitárias, andou ao par da inassimilação de Luis da Câmara Cascudo pelos brasis universitários. E essa diferença na comunicação do conhecimento divulgado não se deve evidentemente à controvérsia sobre o desafio sertanejo, e sim ao ritmo regional desigual do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. “Natal não consagra nem desconsagra ninguém”, falou com ironia não apenas para os pósteros de sua província alheios e indiferentes ao legado do gênio do Potengi.

Folclore é valor de uso, tal qual o egípcio Samir Amin distinguiu a cultura (valor de uso) de ideologia, valor de troca. O que define o pensamento de Cascudo é o fato de ter se livrado do fetichismo da mercadoria. Absolutamente não importa que tivesse sido advogado do telégrafo Western. A utilidade não é a medida do valor de troca, ainda que a utilidade seja nele necessária. A finalidade da produção capitalista é produzir mais-valia. É nulo o valor de troca do bumba-meu-boi. Intrinsecamente a cultura popular não necessita do valor de troca para existir. A mercadoria não solapa o valor de uso da mentalidade folclórica. A economia política menoscaba a lógica do folclore, embora a disciplina do folclore tenha nascido na revolução industrial na Inglaterra. As primeiras manifestações da cultura popular ocorreram na fazenda escravista e na pastorícia. Não há folclore com a extração de pau-brasil nem com o mar trazendo as caravelas. O engenho do açúcar foi o berço da cultura popular.

País novo. A colonização se deparou com abundância de terra fértil, e não foi paga renda para explorá-la no início. Todavia, o milênio apareceu na cultura do país novo, antes e depois do crescimento da população. O capítulo chave de *A Sociologia do Açúcar* chama-se “*Dinheiro e Solidarismo Canavieiro*”, no qual é contraposta a existência do dinheiro com o mutirão da ajuda mútua. O povo do engenho não admitia poupança nem era devoto da crença capitalista segundo o qual a abstinência faz a riqueza do rico. O espírito do capitalismo, o “espírito prático”, é fruto da usina, não do engenho, embora em ambos o açúcar tivesse se

destinado a abastecer o mercado capitalista mundial. O escritório avarento da usina alterou a atmosfera lúdica do povo imune à “técnica financista” e à acumulação do pé-de-meia. “A usina intensificou o dinheiro papel”, segundo Cascudo. Em *Grundrisse* Marx referiu-se “poder transcendental do dinheiro”. Há na obra de Cascudo um mal estar em relação ao dinheiro, ainda que não se traduza em crítica materialista, o que foi a tarefa de Marx, ou seja, a denúncia do dinheiro como nexos coisificados da sociedade. O saber do povo anti-capitalista se insurge contra o dinheiro como representante material da riqueza. A crueldade da classe dominante começou pelo senhor de engenho latifundiário e dono de escravaria. Esse land-lord no Nordeste foi a velocidade inicial de outras vindouras classes sociais que tem exercido o domínio econômico e político, usineiro, burguesia comercial, capitão de indústria, banqueiro, estamento e executivo das corporações multinacionais.

Para o indígena o boi era uma anta estrangeira, conforme informação dada por Cascudo em *Nomes da Terra*. O historiador do “tempo dos tapuios”. O deserto. “O título de fazendeiro equivalia, em prestígio e mando, ao do senhor de engenho nos vales úmidos do litoral”. No Rio Grande do Norte “Somos filhos do grande ciclo de vaqueiros”. A pastorícia potiguar. Curral. Nada deve o Rio Grande do Norte ao bandeirante, não havia mina de ouro nem índio para atirar as entradas paulistas. É isso que deu o fundamento sócio-cultural à viagem de Cascudo pelo folclore.

O proletariado industrial não existia no Nordeste entre os anos 20 aos 70. Região marcada pela pastorícia latifundiária, a proletarização foi lenta e não extensiva na transformação do homem comum em operário vendedor de força de trabalho para o capital. Raras vezes em sua prosa aparece a palavra “proletariado”. Engenho. Usina (o trabalhador desta era assalariado), mas a fábrica não foi objeto de análise, embora o Nordeste inexoravelmente será palco da expansão do capital e o seu complemento necessário: o proletariado. A Natal de Cascudo não era a Petrogrado bolchevique. A lógica da acumulação de capital no Rio Grande do Norte foi o curral e não o canavial, talvez aí tenhamos o motivo de Cascudo ter sido potiguar e Gilberto Freyre pernambucano. Se Cascudo é o homem representativo do Rio Grande do Norte, então o que essa região representa social e culturalmente? A história feita por ele não é do povo brasileiro com datas e acontecimentos, mas a do homem comum: “História normal do Povo”, mas daí não se deduza que tivesse sido refratário à mudança histórica. Florestan Fernandes e seus discípulos reivindicaram para si a ideia de mudança social protagonizada pela classe operária. Há um ruído nisso tudo porque Cascudo foi o escritor que mais colocou nos títulos de seus livros a palavra história como destaque. Culminou com o esplêndido *História dos Nossos Gestos*. Todos os gestos humanos

já foram inventados. Isso não significa no entanto que tudo tivesse sido dito e pensado, ou que não haveria mais história.

“O universal no regional”. Nisso medra a dialética no pensamento de Luís da Câmara Cascudo.

## Referências

- ADORNO, T. Beethoven – The Philosophy of Music. Polity Press. Cambridge, 2005.
- BARROSO, Gustavo. Ao som da viola. Brasília. Editora Imprensa Nacional, 1921.
- CASCUSDO, L. Câmara. Vaqueiros e Cantadores – (Globo, 1939) – Ed. Itatiaia, S. Paulo, 1984.
- \_\_\_\_\_. Antologia da alimentação no Brasil – Livros Técnicos e Científicos ed., 1977.
- \_\_\_\_\_. Antologia do Folclore Brasileiro – Martins Editora, S. Paulo, 1944.
- \_\_\_\_\_. Cinco livros do povo – Ed. José Olímpio, 1953 – 2ª edição, ed. Univ. UFPB, 1979.
- \_\_\_\_\_. Dicionário do Folclore Brasileiro – INL, Rio, 1954 – 3ª edição, 1972.
- \_\_\_\_\_. Geografia dos mitos brasileiros – Ed. José Olímpio, 1947. 2ª edição, Rio, 1976.
- \_\_\_\_\_. Joio – crítica e literatura – Of. Graph. d’A Imprensa, Natal (jun), 1924
- \_\_\_\_\_. História da alimentação no Brasil – Ed. Nacional (2 vol) fev. 1963), 1967, (col. Brasiliana 322 e 323) – 2ª ed. Itatiaia, 1983.
- \_\_\_\_\_. História do Rio Grande do Norte – MEC, 1955.
- \_\_\_\_\_. História dos nossos gestos – Ed. Melhoramentos, 1976.
- \_\_\_\_\_. Made in África – Ed. Civilização Brasileira, 1965.
- \_\_\_\_\_. Meleagro – Ed. Agir, 1951 – 2ª edição, Rio, 1978.
- \_\_\_\_\_. Nomes da Terra – Fundação José Augusto, Natal, 1968.
- \_\_\_\_\_. O tempo e eu – Imp. Universitária – UFRN, 1968.
- \_\_\_\_\_. Prelúdio e fuga do real – FJA, 1974.

\_\_\_\_\_. Sociologia do Açúcar – MIC – IAA, 1971. Coleção Canavieira n. 5

\_\_\_\_\_. Superstição no Brasil – Itatiaia, S. Paulo, 1985.

\_\_\_\_\_. Tradição, ciência do povo – Perspectiva, S. Paulo, 1971.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. [1857-8] Trad. Márcio Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. O Capital. Livro I – o processo de produção do capital. [1867] Inclui prefácios e posfácios. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 9ª edição. São Paulo, SP: Difel, 1984. 2 v.

OLIVEIRA, Gildson. Câmara Cascudo - Um Homem Chamado Brasil. Brasília. Editora Brasília Jurídica, 1999.